



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**III OFICINA
REGIONALIZADA SOBRE
TRABALHO SOCIAL COM
FAMÍLIAS DE POVOS
ORIGINÁRIOS,
COMUNIDADES
TRADICIONAIS E GRUPOS
POPULACIONAIS
TRADICIONAIS E
ESPECÍFICOS NA
POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

HISTÓRICO DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

2010	Primeiras ações e formações para instrutores do Cadastro Único. Promove Sensibilização e inserção visando a garantia de direitos.
2014	Oficina sobre Cadastro Único para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) , voltada aos coordenadores municipais do CadÚnico
2016	II Plano Decenal da Assistência Social. Visa a Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as
2017	Oficina Regional sobre Cadastro Único para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE). Participaram 60 municípios cearenses com maior número de famílias (GPTE)
2019	Primeiro Seminário Diversidade Étnico-racial no Sistema Único de Assistência Social (Suas) em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial.
2020	Oficinas Regionalizadas sobre o Trabalho Social com Famílias e Relações Étnico-raciais, nos municípios de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Viçosa do Ceará.
2022	Oficinas Regionalizadas sobre o Trabalho Social com População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais, nos municípios de Fortaleza, Quixadá, Sobral e Juazeiro do Norte.
2023	Construção do Projeto Assessoria ao Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social.

AÇÕES RELEVANTES (2023-2024)

2023

- Realização da **I Pesquisa sobre o Trabalho Social** com Famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social no estado do Ceará.
- Duas **capacitações aos profissionais da SPS** com visita *in loco* às comunidades.
- **Inclusão da temática** nos roteiros de assessoramento e monitoramento dos profissionais da SPS.

2024

- **II Oficina Regionalizada** Integrada sobre a Assistência Social e a Primeira Infância no Suas no Trabalho Social com Famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais (11 Oficinas abrangendo as 14 regiões).
- **Encontros Regionais sobre versão preliminar do Caderno de Orientações** Técnicas para o Trabalho social com famílias de povos e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social. (14 encontros Virtuais).
- Pesquisa sobre o Trabalho social com famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social no Estado do Ceará.

Formação Social e Racial Brasileira Escravidão

- Maior nação escravista das Américas e a última a decretar a abolição da escravização;
- Escravidão e depreciação: Condição de subalternidade, Desumanização, Discriminação e marginalização;
- Histórias e memórias negadas, apagadas e silenciadas;
- Raça, gênero e classe ainda servem como base para a diferenciação e discriminação cotidianas;
- Mulheres racializadas: objetificação, sexualização, trabalhos subalternos, “feitas para servir”;
- Homens racializados: sexualização, marginalização, imaginado como violento ou preguiçoso;
- Racismo estrutural e conservadorismo do Brasil estruturando as relações sociais e a famílias.

Albert van der Eckhout - índia tupi



Fonte: Blog Clio



Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870. (Acervo Instituto Moreira Salles).

Formação Social e Racial Brasileira - Escravidão

Branqueamento

Projeto de Nação da elite brasileira entre século XIX e meados do XX.

Raça negra iria avançar culturalmente e geneticamente ou até mesmo desaparecer totalmente;

Teoria que branqueamento daria origem a uma população mestiça e saudável;



"A Redenção de Cam", de Modesto Brocos, 1895

Assimilacionismo

Entendia o indígena como categoria social transitória a ser incorporada pela comunhão nacional;

Reforço dos ideais de Pureza;

A ideia que não existem indígenas no Nordeste.

Apagamento Étnico: Ex.:Em 1883, o presidente da província do Ceará declarou não existir mais povos indígenas no território cearense.

- Bases Ideológicas: Racismo Científico, Darwinismo Social, Desejo de "Europeização";
- Principais Estratégias: Estímulo à Imigração Europeia, Restrições à Imigração Não-Branca, Ideologia da Miscigenação Direcionada, Desvalorização Cultural

POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E A CONSTITUINTE

- **Indígenas e a Constituição de 1988:**

Art. 4.º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: III - autodeterminação dos povos;


Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

- **Quilombolas e a Constituição de 1988:**

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. TÍTULO X ATO DAS DISPOSIÇÕES

CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Nacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

- Brasil é signatário por meio do Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004, substituído pelo Decreto nº 10.088 de 5 de novembro de 2019;
 - É um tratado internacional vinculante e o Estado brasileiro é legalmente obrigado a implementar as diretrizes da convenção.
 - É o mais abrangente marco internacional que garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais, uma vez que dispõe sobre a efetivação e proteção de direitos sociais, territoriais, à saúde, educação, seguridade social, condições de emprego, garantindo acesso a políticas públicas para plena realização de seus direitos de cidadãos, reconhecido e respeitado seu caráter de povos diferenciados;
 - Autorreconhecimento/Autodeterminação/Auto identificação - A Convenção prevê o autorreconhecimento como critério fundamental para identificação dos povos originários e comunidades tradicionais e autodeterminação quando reconhece o direito dos povos a suas próprias prioridades.
- 

CONCEITUAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

- **I - Povos e Comunidades Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- **II - Territórios Tradicionais:** espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária,
- **III - Desenvolvimento Sustentável:** o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.



DECRETO Nº 8.750/2016 - Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

I - povos indígenas;

II - comunidades quilombolas;

III - povos e comunidades de terreiro/

povos e comunidades de matriz africana;

IV - povos ciganos;

V - pescadores artesanais;

VI - extrativistas;

VII - extrativistas costeiros e marinhos;

VIII - caiçaras;

IX - faxinalenses

X - benzedeiros;

XI - ilhéus;

XII - raizeiros;

XIII - geraizeiros;

XIV – caatingueiros;

XV - vazanteiros;

XVI - veredeiros;

XVII - apanhadores de flores
sempre vivas;

XVIII - pantaneiros;



XIX - morroquianos;

XX - povo pomerano;

XXI - catadores de mangaba;

XXII - quebradeiras de coco
babaçu;

XXIII - retireiros do Araguaia;

XXIV - comunidades de fundos
e fechos de pasto;

XXV - ribeirinhos;

XXVI - cipozeiros;


XXVII - andirobeiros;

XXVIII - caboclos; e

XXIX - juventude de povos e
comunidades tradicionais.



Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE)

- **2004** - Início do **cadastramento diferenciado** do CadÚnico que acompanhou o movimento do Governo Federal que foi se tornando mais permeável às demandas e vozes dos atores sociais. Cadastramento diferenciado - “... conjunto de estratégias diferenciadas de cadastramento de famílias que possuem características específicas em relação ao seu modo de vida, cultura, crenças e costumes, e ainda, em relação a contextos de condições críticas de vulnerabilidade social”.
 - **GPTEs** - “Grupos populacionais tradicionais e específicos - grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no CadÚnico” (DECRETO Nº 11.016, DE 29 DE MARÇO DE 2022).
 - Além dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais, também são identificadas famílias que estão em **situações transitórias**, mas que constituem uma forma específica de viver e/ou são alvo de preconceitos e/ou vulnerabilidades em função de determinada conjuntura (MDS, 2014).
 - Cadastro Único identifica **15 GPTEs em 4 agregados**.
- 

Quatro Agregados dos GPTEs

- **Origem étnica:** indígenas, quilombolas, ciganas, pertencentes às comunidades de terreiro.

... conjunto de famílias agrupadas de acordo com a autoconsciência de pertencerem a determinado grupo social dotado de organização territorial, política, linguística, sociocultural, econômica, e histórica própria. Possuem costumes, tradições e modo de vida comunitários singulares, transmitidos de geração para geração, que os diferenciam de outros grupos. São, portanto, grupos populacionais que compartilham valores e práticas culturais diversas, fruto de processos civilizatórios plurais e herdadas de determinado povo (MDS, 2014, p.15).

- **Relação com o meio ambiente:** extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhas.

São famílias que pertencem a comunidades tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo de recursos oferecidos pela natureza, seja nas florestas, rios, manguezais, mar e demais ambientes similares. Complementarmente, essa população pode praticar agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte, mas sempre em regime de economia familiar. No Cadastro Único, essas populações podem ser identificadas como famílias extrativistas, de pescadores artesanais ou ribeirinhas. Devido a suas características comuns, os grupos relacionados ao meio ambiente podem se sobrepor, cabendo à família escolher em qual categoria deseja ser identificada (MDS, 2014, p.15).

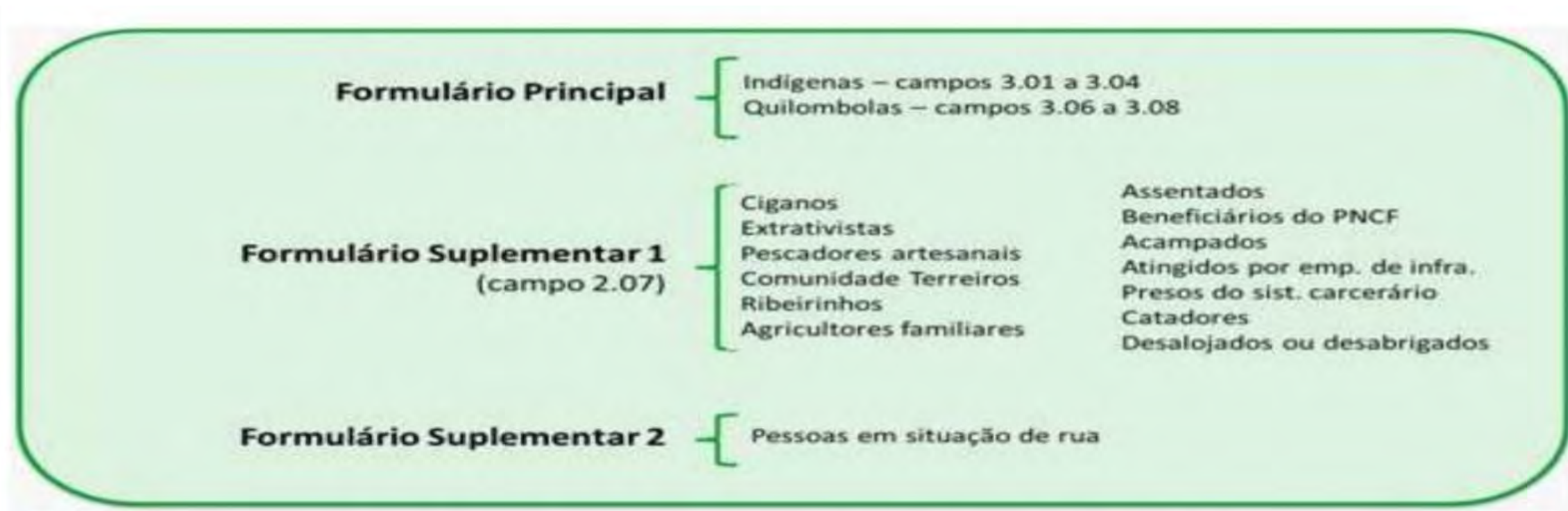
- **Relação com o meio rural:** assentadas da Reforma Agrária, acampadas rurais, agricultores familiares, beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

São grupos familiares que pleiteiam o acesso, a permanência e o uso sustentável da terra, bem como acesso a políticas públicas específicas, como crédito fundiário. Podem, eventualmente, estar organizadas em movimentos sociais. Há ainda outros que já obtiveram regularização fundiária por meio do processo de reforma agrária, bem como aqueles que exploram o imóvel rural para a criação de animais, produção de artigos agrícolas para consumo da unidade familiar e comercialização (MDS, 2014, p.15) .

- **Situações conjunturais:** atingidas por empreendimentos de infraestrutura, de presos do sistema carcerário, de catadores de material reciclável, aquelas compostas por pessoas em situação de rua.

Por questões conjunturais, entendem-se situações em que a combinação de **fatores diversos converge para a construção de determinado estado por período de tempo limitado**. Assim, foram agrupadas as famílias que podem estar **momentaneamente em situação de vulnerabilidade**, mas que podem não mais pertencer ao grupo se determinada situação social mudar. Portanto, diferentemente dos demais agregados – rural, meio ambiente e étnico – este é caracterizado pela **transitoriedade de sua condição** (MDS, 2014, p.16).

Resolução CNAS/MDS N°185, de 26 de Março de 2025 – Busca ativa prioritária de GPTE's para inclusão e/ou atualização cadastral



PCT's

Caiçaras
Faxinalenses
Benzedeiros
Ilhéus
Raizeiros
Geraizeiros
Caatingueiros
Vazanteiros
**Apanhadores de flores sempre
vivas**
Pantaneiros
Morroquianos
Povo pomerano
Quebradeiras de coco babaçu
Retireiros do Araguaia
**Comunidade de fundos e fechos de
pasto**
Cipozeiros
Andirobeiros
Caboclos

Indígenas

Quilombola

Ciganos

Ribeirinhos

Extrativistas

**Pescadores
Artesanais**

**Comunidades
de terreiro**

GPTE's

Agricultores familiares

Assentados da Reforma Agrária

Acampados

**Pessoas em
situação de rua**

**Atingidos por empreendimentos
de infraestrutura**

**Coletores de
material reciclável**

**Famílias de presos
do sistema carcerário**

**Beneficiários do Programa
Nacional do Crédito Fundiário**

Povos indígenas

- Os povos indígenas são grupos étnicos que têm **origem ancestral** em determinadas regiões geográficas e mantêm ligação cultural, social e muitas vezes espiritual com esses territórios.
- A Constituição Federal de 1988 garante a eles o **direito à diferença** e o respeito aos seus costumes, tradições, crenças, línguas e organização social.
- Segundo levantamento do IBGE (2022), no Ceará há 56.353 indígenas. Esta população está presente em 94% do território cearense, ou seja, em 173 dos 184 municípios.
- Caucaia, na Grande Fortaleza, possui a maior população indígena do Estado, seguido pelos municípios de Itarema, Maracanaú, Fortaleza, Monsenhor Tabosa, Crateús, Poranga, Pacatuba, Carnaubal, Aratuba, Itapipoca, Quiterianópolis, Acaraú, Novo Oriente, Tamboril, Canindé, Aquiraz (IBGE, 2020).



Povos Indígenas

POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Nº	Povos	Municípios onde estão localizados
1	Anacé	Caucaia.
2	Gavião	Monsenhor Tabosa.
3	Jenipapo Kanindé	Aquiraz.
4	Kalabaça	Crateús e Poranga.
5	Kanindé	Canindé e Aratuba.
6	Karão Jaguaribara	Aratuba.
7	Kariri	Crateús e Crato.
8	Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba.
9	Potyguara	Monsenhor Tabosa, Tamboril, Crateús e Novo Oriente.
10	Tabajara	Monsenhor Tabosa, Tamboril, Poranga, Crateús e Quiterianópolis.
11	Tapeba	Caucaia.
12	Tapuya Kariri	São Benedito e Carnaubal.
13	Tremembé	Itarema, Acaraú e Itapipoca.
14	Tubiba-Tapuia	Monsenhor Tabosa e Boa Viagem.
15	Tupinambá	Crateús.
16	Isú-Kariri	Brejo Santo

Fonte:

Secretaria dos Povos Indígenas

Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Estado do Ceará (FEPOINCE)



OUTROS POVOS INDÍGENAS - MIGRAÇÃO

- ❖ **Fortaleza:** Baré (Amazonas); Tikuna (Tríplice Fronteira - Brasil, Colômbia, Venezuela), Pankararu (Pernambuco), Kararaô (Pará).
- ❖ **Paracuru:** Tikuna (Tríplice Fronteira - Brasil, Colômbia, Venezuela)
- ❖ **Juazeiro do Norte:** Pankararu, Kapinawá, Xucuru, Pankará e Atikum (Pernambuco).
- ❖ **Jati:** Tikuna (Tríplice Fronteira - Brasil, Colômbia, Venezuela).
- ❖ Há também relatos dos Warao (Venezuela) na Grande Fortaleza e no

Cariri.

❖ OUTROS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

- ❖ **Etnogênese** - Também denominado de emergências étnicas, ressurgimentos, viagens de volta. Processo pelo qual há lutas de retomada e reafirmação étnica.
- ❖ Iguatu: Kariri Quixelô
- ❖ Quixeramobim: KixaráTapuia; Kari Kariri
- ❖ Beberibe: Payacú
- ❖ Lavras da Mangabeira: Kariri
- ❖ Milagres: Xocó
- ❖ Serra da Ibiapaba: Tokajiru
- ❖ Tejuçuoca: Guanacé
- ❖ Parambu: Juká



Comunidades Quilombolas

- No Brasil há 1.327.802 pessoas quilombolas;
- No Ceará, 23,9 mil pessoas se autoidentificam como remanescentes de quilombos;
-
- O Ceará é o 10º estado no País e o sétimo no Nordeste com maior quantidade de quilombolas;
- Segundo (IBGE) dos 184 **municípios** cearenses em **68 foi constatada a presença de quilombolas**. As maiores concentrações de quilombolas estão nos municípios de Caucaia, Horizonte, Salitre, Tururu, Tauá, Novo Oriente, Aracati, Tamboril, Quiterianópolis e Moraújo (IBGE).
-



Comunidades Quilombolas

- Levantamentos de 2023 da Secretaria de Igualdade Racial(Seir) e da Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (Cequirce) apontam cerca de **113 comunidades quilombolas** no Estado, com maior número nas regiões do Cariri, Sertão de Crateús, Grande Fortaleza e Sertão de Inhamuns.
- Os municípios por sua vez responderam a *Pesquisa sobre o Trabalho social com famílias de Povos originários e Comunidades tradicionais na Política de Assistência Social no Estado do Ceará* (CEARÁ/SPS, 2024) e informaram a **presença de famílias** quilombolas em **53 municípios** e em **13 das 14 regiões de planejamento**. Somente no Centro Sul não foi constatada a presença de famílias quilombolas.



Povos de Terreiro

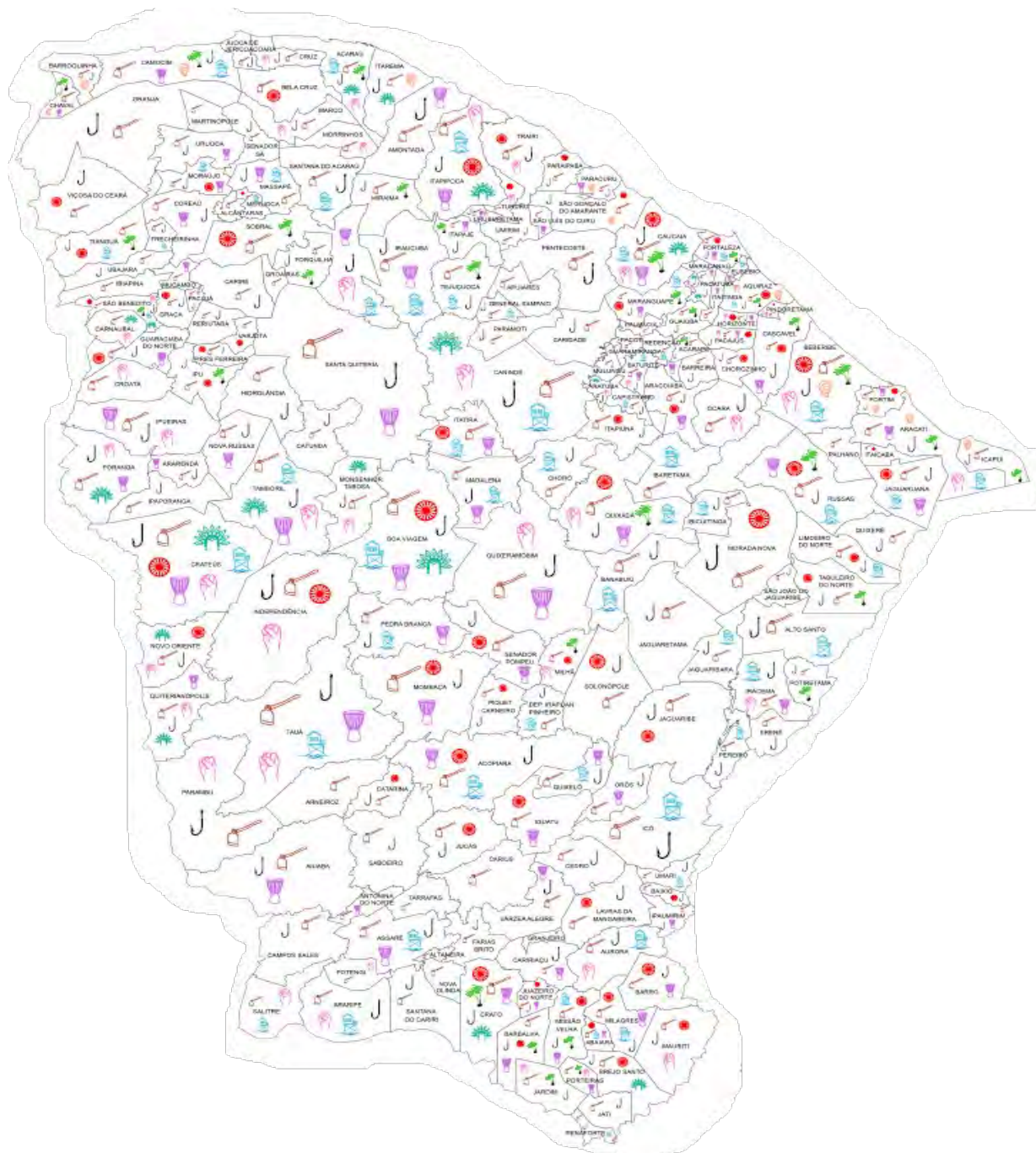
- Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro são famílias mantidas e estruturadas em vínculos ancestrais vivificados nas casas de tradição de matriz africana e afro-brasileira chamadas de terreiro.
- *A Pesquisa sobre o Trabalho social com famílias de Povos originários e Comunidades tradicionais na Política de Assistência Social no Estado do Ceará* (CEARÁ/SPS, 2024) informa que há **48 municípios com a presença destas famílias**, que estão distribuídas em 13 das 14 regiões de planejamento.
- Somente os municípios do Sertão dos Inhamuns que não registraram povos de terreiro na pesquisa, embora o Inventário dos Povos de Terreiro (2019), realizado pela associação Alagbá em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, tenha computado terreiros nos municípios de Aiuaba e Tauá.
- Segundo o Inventário dos Povos de Terreiro (2019) **há cerca de 494 terreiros no Ceará** e destes 72 são do Candomblé e 346 da Umbanda. A Umbanda é a expressão afro-brasileira mais presente no Ceará.



Povos Ciganos

- Os povos ciganos são uma comunidade diversificada que têm suas próprias tradições, línguas e origens e que podem ser divididos em três grandes grupos étnicos, a exemplo dos Rom (ou Roma), os Sinti e os Calon.
- O nomadismo pode fazer parte da cultura, contudo nem todos são nômades e em algumas situações, essa migração, pode ser resultado de expulsões e de práticas higienistas.
- Estes povos têm forte respeito às tradições ancestrais e “o critério para definir se uma pessoa é ou não cigana é autoidentificação. Cigano é, portanto, qualquer pessoa que assim se identifica e que pertence a uma comunidade que a reconhece como tal” (BRASIL, 2017).
- Com relação a quantidade de municípios com a presença de ciganos, a *Pesquisa* (CEARÁ/SPS, 2024) aponta um total de 23 municípios que estão distribuídos em seis regiões (Cariri, Centro Sul, Serra da Ibiapaba, Sertão do Crateús, Sertão de Sobral, Vale do Jaguaribe) das 14 regiões cearenses.





Legenda:



AGRICULTORES FAMILIARES

Todos os 184 municípios



POVOS CIGANOS

64 municípios



EXTRATIVISTAS

31 municípios



MARISQUEIRAS

11 municípios



PESCADORES ARTESANAIS

155 municípios



POVOS INDÍGENAS

20 municípios



POVOS DE TERREIRO

73 municípios



QUILOMBOLAS

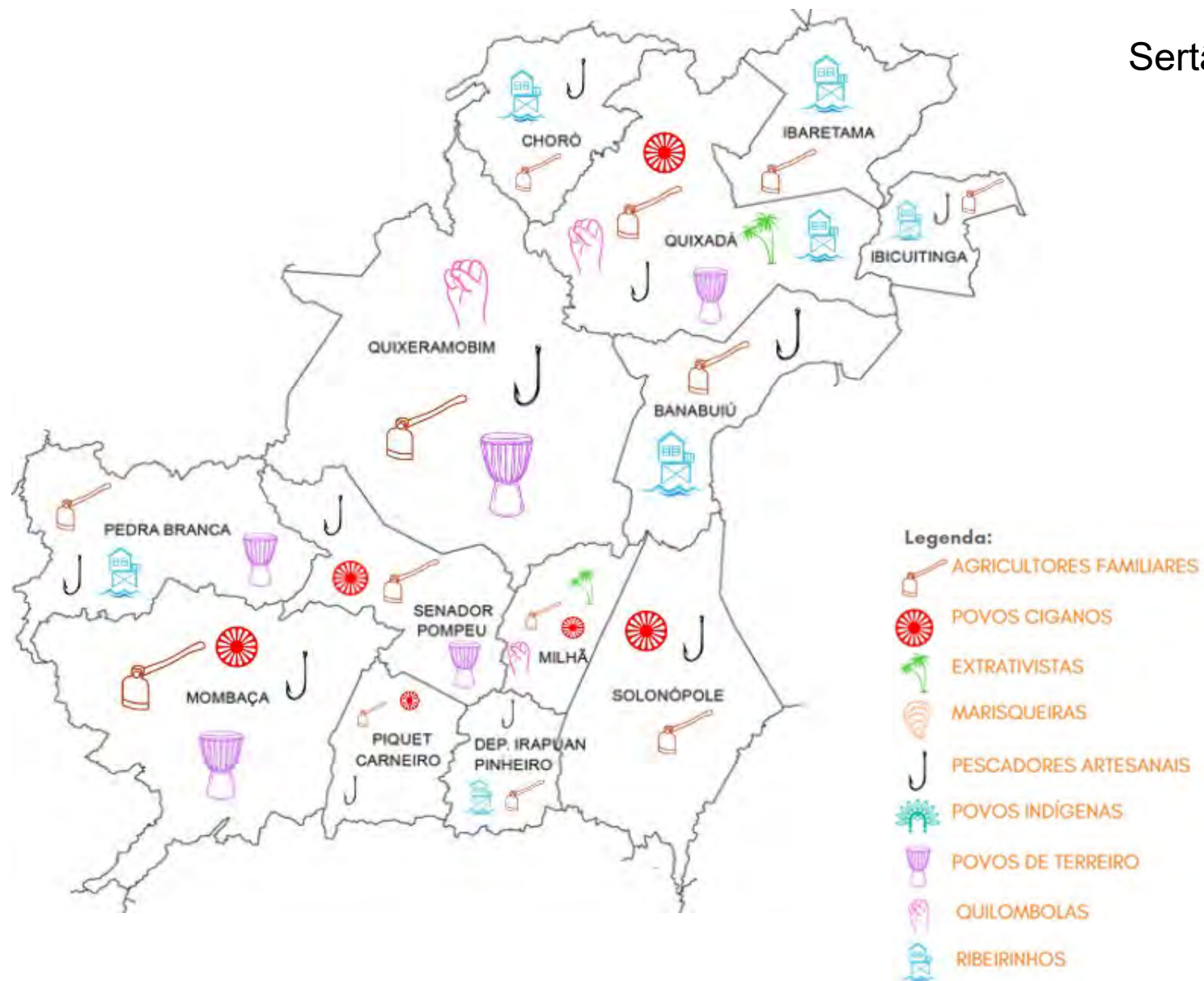
54 municípios



RIBEIRINHOS

58 municípios

Sertão Central



Sertão do Canindé

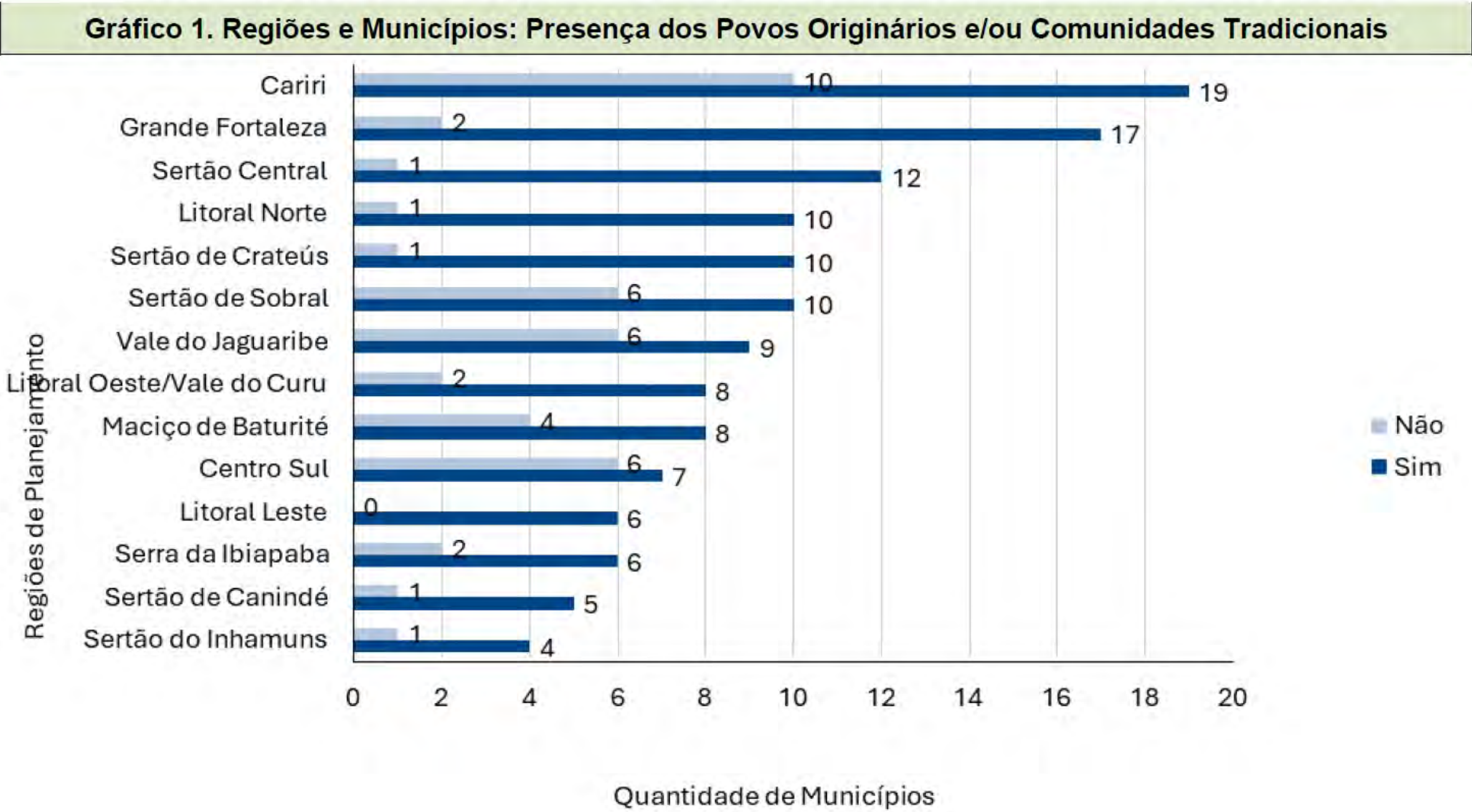


Legenda:

- AGRICULTORES FAMILIARES
- POVOS CIGANOS
- EXTRATIVISTAS
- MARISQUEIRAS
- PESCADORES ARTESANAIS
- POVOS INDÍGENAS
- POVOS DE TERREIRO
- QUILOMBOLAS
- RIBEIRINHOS



A pesquisa aponta a presença desta população em 75,29% do território cearense, ou seja, em 131 municípios. Quarenta e três municípios (24,71%), informaram não possuir em seu território esta população

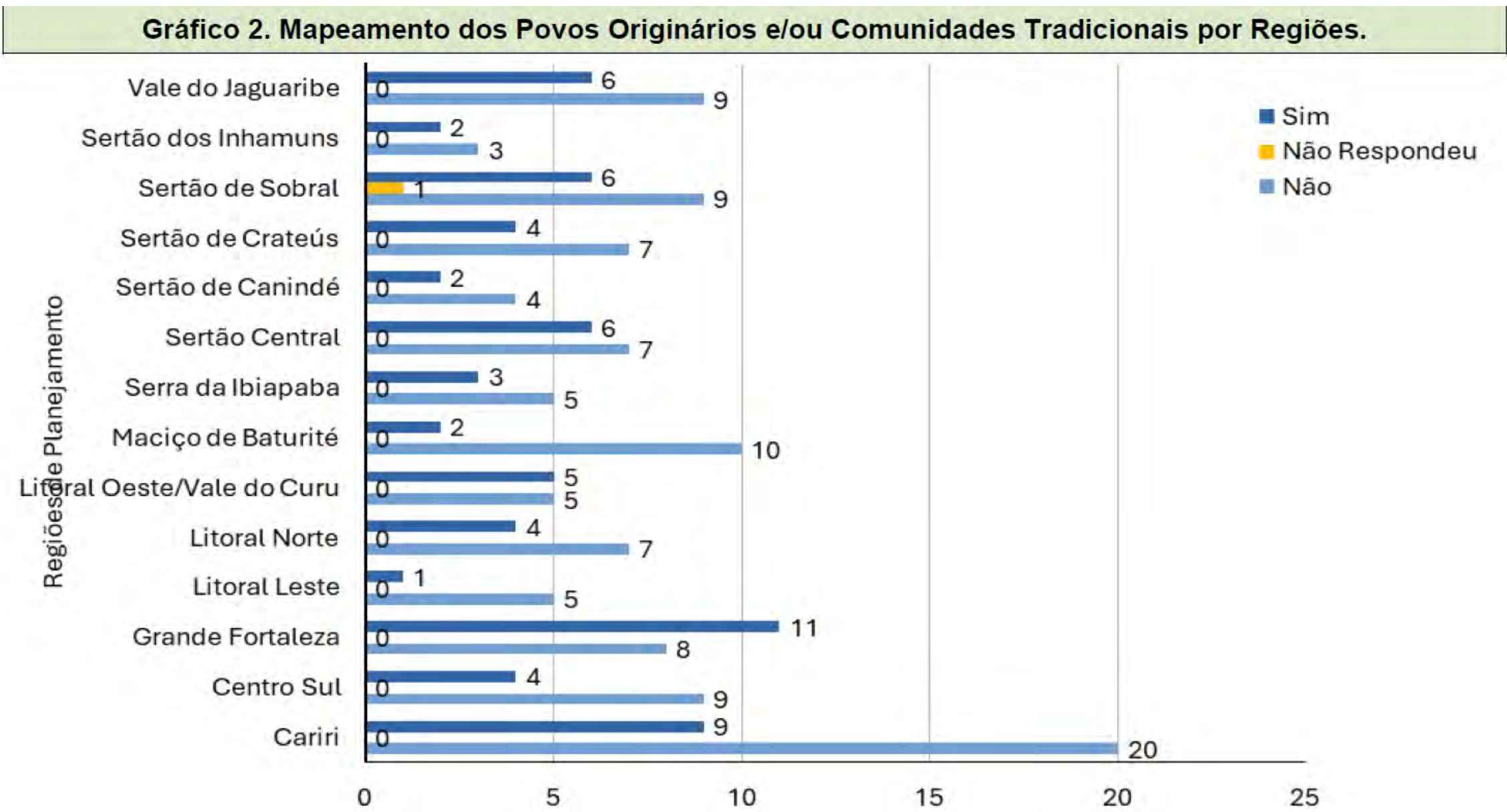


Fonte: PESQUISA SOBRE O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ (2024)

A pesquisa aponta a presença desta população em 75,29% do território cearense, ou seja, em 131 municípios. Quarenta e três municípios (24,71%), informaram não possuir em seu território esta população

Existe esta população no seu município	
REGIÃO	Sim
SERTÃO CENTRAL	Nome do Município
SERTÃO CENTRAL	Banabuiú
SERTÃO CENTRAL	Deputado Irapuan Pinheiro
SERTÃO CENTRAL	Ibaretama
SERTÃO CENTRAL	Ibicuitinga
SERTÃO CENTRAL	Milhã
SERTÃO CENTRAL	Mombaça
SERTÃO CENTRAL	Pedra Branca
SERTÃO CENTRAL	Piquet Carneiro
SERTÃO CENTRAL	Quixadá
SERTÃO CENTRAL	Quixeramobim
SERTÃO CENTRAL	Senador Pompeu
SERTÃO CENTRAL	Solonópole
SERTÃO DE CANINDÉ	Boa Viagem
SERTÃO DE CANINDÉ	Canindé
SERTÃO DE CANINDÉ	Caridade
SERTÃO DE CANINDÉ	Madalena
SERTÃO DE CANINDÉ	Paramoti

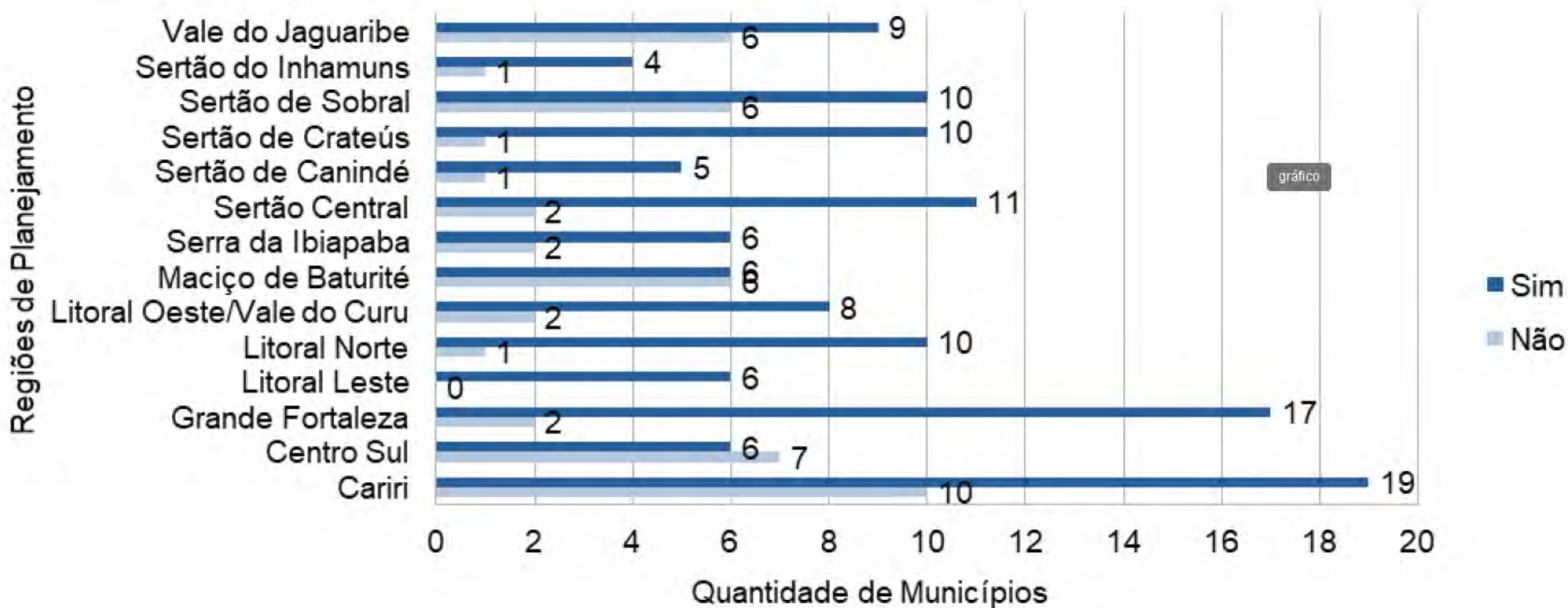
Cento e oito municípios, ou seja, 62,07% responderam possuir mapeamento, enquanto 65 municípios não mapearam esses povos, conforme aponta o gráfico 2.



Nome do Município	Região	Existe mapeamento dos povos originários e/ou comunidades tradicionais no seu município?
Banabuiú	SERTÃO CENTRAL	Não
Choró	SERTÃO CENTRAL	Não
Deputado Irapuan Pinheiro	SERTÃO CENTRAL	Sim
Ibaretama	SERTÃO CENTRAL	Não
Ibicuitinga	SERTÃO CENTRAL	Sim
Milhã	SERTÃO CENTRAL	Não
Mombaça	SERTÃO CENTRAL	Não
Pedra Branca	SERTÃO CENTRAL	Não
Piquet Carneiro	SERTÃO CENTRAL	Sim
Quixadá	SERTÃO CENTRAL	Não
Quixeramobim	SERTÃO CENTRAL	Sim
Senador Pompeu	SERTÃO CENTRAL	Sim
Solonópole	SERTÃO CENTRAL	Sim
Boa Viagem	SERTÃO DE CANINDÉ	Sim
Canindé	SERTÃO DE CANINDÉ	Sim
Caridade	SERTÃO DE CANINDÉ	Não
Itatira	SERTÃO DE CANINDÉ	Não
Madalena	SERTÃO DE CANINDÉ	Não
Paramoti	SERTÃO DE CANINDÉ	Não

Fonte: PESQUISA SOBRE O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ (2024)

Gráfico 12. Atendimento a Povos Originários e/ou Comunidades Tradicionais na Rede Socioassistencial



Fonte: PESQUISA SOBRE O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ (2024)

Seu município atende povos originários e/ou comunidades tradicionais na rede socioassistencial?			
REGIÃO	Nome do Município	Não	Sim
SERTÃO CENTRAL	Banabuiú		1
	Choró	1	
	Deputado Irapuan Pinheiro		1
	Ibaretama	1	
	Ibicuitinga		1
	Milhã		1
	Mombaça		1
	Pedra Branca		1
	Piquet Carneiro		1
	Quixadá		1
	Quixeramobim		1
	Senador Pompeu		1
	Solonópole		1
SERTÃO DE CANINDÉ	Boa Viagem		1
	Canindé		1
	Caridade		1
	Itatira	1	
	Madalena		1
	Paramoti		1

Povos Originários, Comunidades tradicionais e GPTE – Sertão Central

GRUPOS FAMILIARES	Soma – Famílias Cadastradas	Soma – Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF	Total de Pessoas Residentes na região do Sertão Central (Censo Demográfico IBGE)
Acampados	40	35	
Agricultores familiares	56983	37879	
Assentados da Reforma Agrária	399	255	
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	0	0	
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	8	5	
Ciganos	2	1	
Coletores de material reciclável	344	278	
Extrativistas	2	2	
Famílias de presos do sistema carcerário	27	22	
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	10	7	
Indígenas	10	7	185
Pescadores artesanais	473	341	
Pessoas em situação de rua	58	47	
Quilombolas	81	52	564
Ribeirinhos	8	3	
Total Resultado	58445	38934	

Povos Originários, Comunidades tradicionais e GPTE – Sertão do Canindé

GRUPOS FAMILIARES	Soma – Famílias Cadastradas	Soma – Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF	Total de Pessoas Residentes na região do Sertão de Canindé (Censo Demográfico IBGE)
Acampados	1	1	
Agricultores familiares	29586	21075	
Assentados da Reforma Agrária	1109	729	
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	0	0	
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0	0	
Ciganos	0	0	
Coletores de material reciclável	77	54	
Extrativistas	0	0	
Famílias de presos do sistema carcerário	11	6	
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	1	1	
Indígenas	86	53	1100
Pescadores artesanais	79	57	
Pessoas em situação de rua	42	37	
Quilombolas	40	29	184
Ribeirinhos	3	3	
Total Resultado	31035	22045	


Povos Originários, Comunidades tradicionais e GPTE (Sertão Central e Sertão do Canindé)

- Indígenas – **Dez** dos dezesseis municípios do **Sertão Central** tem povos indígenas (IBGE); **Quixeramobim** tem a maior população de indígenas do Sertão Central, 116 pessoas (IBGE). Todos os municípios do **Sertão do Canindé** tem indígenas. Destaque para o Povo Kanindé de Canindé (574 indígenas - IBGE) e os Tubiba-Tapuia de Boa Viagem (475 indígenas - IBGE);
- Quilombolas – Presença de **564** quilombolas no **Sertão Central**: 238 em Quixadá, 145 em Quixeramobim, e 142 em Milhã e 39 em Solonópole (IBGE). No **Sertão do Canindé** há **184 quilombolas** (123 Canindé e 61 em Boa viagem (IBGE).
- Comunidades quilombolas: **Sertão Central** - Milhã (Carnaubinha); Quixadá (Sítio Veiga); Solonópole (Estrela); Quixeramobim (Mearim e Bom Futuro). **Sertão do Canindé** – Canindé (Bem Fica).


Povos Originários, Comunidades tradicionais e GPTE (Sertão Central e Sertão do Canindé)

- Ciganos – Municípios com presença de povos ciganos segundo Mapeamento Cigano (CEARÁ, SDA, 2022): Milhã e Solonópole (Sertão Central) e Boa Viagem (Sertão do Canindé);
- Povos de Terreiro – Somente Mombaça (2 famílias) Pedra Branca (1 famílias) Quixadá (2 famílias) e Quixeramobim (3 famílias) registraram no Cadastro Único esta população.
- Inventário dos Povos de Terreiro do Ceará (2022):
 - Sertão Central - 16 Casas de Terreiro em Quixeramobim
 - Sertão do Canindé – 02 Casas em Itatira; 14 Casas em Madalena.

Enfrentamentos comuns aos povos originários e comunidades tradicionais

- O primeiro e mais duro enfrentamento que repercute sobre os demais é o da **expropriação e intrusão** dos territórios;
 - O segundo é o da expropriação **da propriedade intelectual** de suas tecnologias e saberes no campo dos medicamentos e do conhecimento da biodiversidade
 - O terceiro tem a ver com políticas sociais inadequadas que desconsideram suas culturas, seus costumes e tradições.
- 

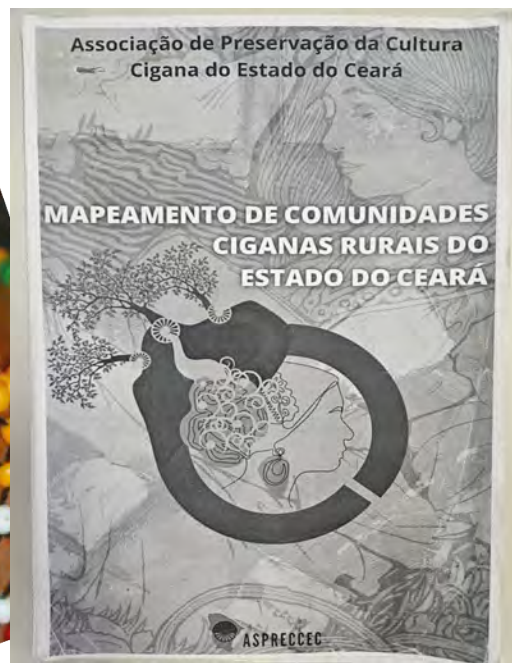
Enfrentamentos comuns aos povos originários e comunidades tradicionais

- Grandes Empreendimentos a exemplo das Eólicas, Portos, Transposição;
 - Mineração, Madeiras, Agrotóxicos;
 - Turismo predatório;
 - Conflitos de terra;
 - Intempéries ambientais e mudanças climáticas;
 - Criminalização das lideranças e movimentos sociais que denunciam injustiça ambiental e destruição e degradação ambiental;
 - Racismo religioso e institucional; depredação dos terreiros.
- 

Trabalho Social com Famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais



Trabalho Social com Famílias de Povos Originários Comunidades Tradicionais e GPTE



Trabalho Social com Famílias de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE - Aspectos relevantes

- O Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem caráter **protetivo**, **preventivo** e **proativo**, é realizado pelas equipes de referência multidisciplinares dos serviços socioassistenciais, com base na lógica de **integralidade** da atenção e balizado pela integração entre os diferentes níveis de proteção e pela **intersectorialidade** entre as políticas públicas.
- **Consultar os povos interessados**, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;



Aspectos relevantes

- Qualquer ação da Assistência Social deverá ser precedida de **explicação clara sobre o objetivo do trabalho**, e a elaboração das atividades que serão desenvolvidas deve ser feita em conjunto com a comunidade;
- O trabalho social deve **ultrapassar a noção de família e alcançar a coletividade**, e deve ser permeado pela observação cuidadosa do território e realidade social local;
- Deve-se **ler a respeito, buscar conhecer quem são esses povos** e as principais características socioculturais: modo de vida, organização social e política, tradições e cultura, principais formas de sustento e economia, quais são suas visões de mundo, laços de confiança e solidariedade, os significados de família, relações familiares e redes de parentesco, seus valores éticos e morais;



Aspectos Relevantes

- É relevante que a gestão faça **articulação com órgãos competentes** (FUNAI, INCRA, ICMbio, Secretarias e Ministérios de Igualdade Racial, Povos indígenas, antropólogos (as), especialistas em PCTs, organizações representativas e lideranças para auxiliar a compreensão sobre esses povos;
- Antes de executar qualquer ação é necessário ponderar: **esta ação aumentará a dependência dos povos ou promoverá o protagonismo e a independência dessas famílias e comunidades?** A autonomia deve permear toda a discussão acerca dos objetivos do trabalho social com Povos originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's;
- **Realizar diagnóstico socioterritorial**, em parceria com a vigilância socioassistencial, visando conhecer órgãos, instituições, organismos e entidades que atendem e/ou que possuem conhecimento sobre os Povos Originários e Comunidades Tradicionais do município ou que por ele transitam.



Aspectos Relevantes

- **Capacitar as equipes de abordagem social** para identificação culturalmente adequada das situações de riscos e violações de direitos de famílias ou indivíduos de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's;
- **Criar protocolos de consulta locais em parceria com a rede intersetorial, os órgãos de defesa de direitos e os Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's** para institucionalizar fluxos e diretrizes para o atendimento baseado nas particularidades de cada povo ou comunidade;
- **Estimular e fomentar capacitações sobre o tema**, visando maior qualificação dos profissionais do SUAS para o atendimento às famílias e indivíduos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais;



Aspectos Relevantes

- Incluir políticas para estas populações no **Plano Municipal de Assistência Social** e no **Plano de Educação Permanente**;
- Estimular a **incorporação efetiva de indígenas nas equipes municipais e estaduais do SUAS** como preconiza a PORTARIA MDS Nº 964, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024:
- Art. 2º Recomenda-se aos municípios a incorporação de **educadores pares** nas equipes volantes responsáveis pelo atendimento de Povos e Comunidades Tradicionais definidas pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.
- § 1º Entende-se por **educador par o indivíduo pertencente a Povos e Comunidades Tradicionais**, com a função precípua de facilitar a linguagem, o vínculo e o acesso a serviços.

Aspectos Relevantes

- Fomentar a **participação e contratação de profissionais nas equipes do SUAS** que possuam **expertise no trabalho com Povos Originários**, Comunidades Tradicionais e GPTE's assim como antropólogos (as), entre outros.
- É importante que o **Órgão Gestor** Estadual e Municipal de Assistência Social **estímule a presença e a participação de usuárias** (os) de Povos Originários, Comunidades tradicionais e GPTE's nos **conselhos estaduais e municipais** de assistência social.
- Trabalhar de maneira articulada com a Funai, enquanto órgão do sistema de garantia de direitos, para a elaboração do PIA das crianças e jovens indígenas acolhidas.

➤

Aspectos Relevantes

- Buscar **aprimoramento e formação contínua** sobre a temática;
- Adotar a postura voltada ao **relativismo cultural** e a prática de **consulta** aos povos e comunidades tradicionais como **parte primeira do planejamento** para o desenvolvimento do trabalho social com famílias e indivíduos de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's em situação de risco ou violação de direitos;
- Utilizar o conceito de **autoidentificação** como único mecanismo legítimo de identificação de famílias e indivíduos de Povos Originários, Comunidades Tradicionais e GPTE's.

Quem são?





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL

SECRETARIA EXECUTIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL

**Coordenadoria de Gestão do Sistema Único de
Assistência Social – CGSUAS**

gestao.suas@sps.ce.gov.br

silvana.sobreira@sps.ce.gov.br

karlene.andrade@sps.ce.gov.br



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL